

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: O (RE)PENSAR COLETIVAMENTE O ENSINO DE GRADUAÇÃO.

Autores: Maria Regina Cavalcante; Maria Antonia Granville, Elisabete Aparecida Andrello Rubo, Alessandra de Andrade Lopes, Andréa Carla Gonçalves Vianna, Silvia Mitiko Nishida, João Carlos Pinheiro Ferreira, Maria Angela de Moraes Cordeiro, Sandra Regina Monteiro Masalskiene Roveda, Tânia Márcia Costa, Marília Campos Tozoni-Reis, Luciana Del Rio Pinoti Ciarlini, Vandeí Pinto da Silva, Cristiane Néspoli Morelato França, Maria da Glória Minguili, Miriam Celi Pimentel Porto Foresti, Ana Maria Lombardi Daibem, Sheila Zambello de Pinho (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”).

A atividade teórica proporciona conhecimentos
Indispensáveis para
transformar a realidade, mas
se não tiver a práxis
(a ação humana) nada acontece
no mundo na natureza,
na sociedade e no próprio homem.
(Adriana Josefa Ferreira Chaves)

A elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos de graduação nas Universidades Públicas é responsabilidade acadêmica e social do corpo docente, que, neste documento e na sua operacionalização, compromete-se com a formação pessoal e profissional dos alunos, considerando os valores e as finalidades da Universidade e também a articulação entre a formação de profissionais competentes e conscientes dos compromissos que devem assumir na sociedade.

Chaves (2009) afirma que se deve buscar compreender o sentido e o significado do PPP como fundamento dos cursos de graduação na universidade. No sentido filosófico, é importante compreender a visão de mundo que permeia o PPP. No sentido psicológico, compreender o significado de alguns conceitos envolvidos, tais como o perfil do aluno a ser formado em função das características da área do conhecimento do profissional que se quer formar e, no sentido pedagógico, compreender principalmente as teorias e as concepções de educação, as práticas pedagógicas e os processos de ensinar e aprender..

A construção do PPP deve partir da análise das necessidades da sociedade na qual os profissionais irão desempenhar o trabalho profissional, das características da instituição de ensino, do curso, do corpo docente e dos alunos. A característica principal dos PPPs dos cursos de graduação é a sua elaboração de forma interdisciplinar, porque as interfaces entre as áreas do conhecimento são peculiaridades de diversas áreas do saber.

O principal objetivo do PPP, no ensino superior, é garantir a direção que a gestão do curso deve tomar além de dar sentido e rumo às práticas educativas.

O principal objetivo do Núcleo de Estudos e Práticas Pedagógicas da UNESP – NEPP-PROGRAD - é a formação contínua dos docentes dos diversos cursos de graduação da Universidade. É papel do NEPP-PROGRAD, como parte da sua função, colaborar com os Conselhos de Curso na elaboração e revisão dos PPPs.

Pretende-se, neste trabalho, relatar os procedimentos de duas Oficinas pedagógicas realizadas com docentes-coordenadores de vários cursos de graduação da UNESP e analisar seus resultados a partir dos relatos dos participantes.

O objetivo geral das Oficinas foi “refletir, compreender e propor ações referentes à prática docente na UNESP, tendo em vista o Projeto Político-Pedagógico dos cursos nos quais os professores atuam, contemplando atividades articuladas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, visando à formação humana, cultural, científica, técnica, profissional e cidadã dos alunos da Universidade”; Em termos de objetivos específicos, as Oficinas pretendiam: 1. trabalhar a integração dos grupos e a sensibilização para as atividades propostas; 2. refletir sobre a prática social existente na ação pedagógica dos coordenadores, respectivos conselhos de cursos e articuladores de área, referente à elaboração, realização e avaliação do projeto político-pedagógico dos cursos; 3. problematizar a prática social dos coordenadores de curso e articuladores de área em relação à vivência do projeto político-pedagógico, visando à confirmação do compromisso com uma prática pedagógica em permanente construção; 4. instrumentalizar os coordenadores e conselhos de curso com referenciais teórico-metodológicos que garantam o processo de formação humana, cultural, técnica, científica, profissional e social (de cidadania) dos alunos da universidade. Cada Oficina foi realizada por um período de 20 horas, e a metodologia consistiu na realização de: palestras, trabalhos em grupo, mesa-redonda, plenárias para a discussão dos trabalhos em grupo e avaliação. As atividades foram organizadas de forma que os trabalhos em grupo fossem orientados pelas questões teórico-conceituais apresentadas nas palestras e mesa-redonda.

Os temas abordados estavam relacionados às ações sociais e pedagógicas da coordenação de curso na relação com o PPP; os elementos constitutivos do PPP, considerando o processo de construção coletiva, indicando as diretrizes gerais para a sua elaboração ou (re)elaboração.

Durante as Oficinas, as discussões realizadas nos grupos partiram de cinco questões norteadoras: 1. a avaliação do processo de elaboração do PPP do curso; 2. a análise da vivência dos coordenadores de curso, dos conselhos de curso, dos docentes e dos discentes em relação à teoria e à prática que fundamentam o PPP, bem como as articulações institucionais e didático-pedagógicas da área acadêmica; 3. o projeto político-pedagógico do curso e a garantia do perfil humano e profissional de formação pretendido; 4. os desafios que se apresentaram para a elaboração ou (re)elaboração do projeto político-pedagógico do curso; 5. indicação dos elementos necessários para a avaliação da realidade e a elaboração ou (re)elaboração do PPP dos cursos..

As discussões realizadas nos grupos foram organizadas a partir das questões norteadoras.

Em relação ao processo de elaboração dos PPPs dos cursos de graduação, os participantes analisaram: que a reestruturação dos PPPs ocorreu exclusivamente para atender às Diretrizes Curriculares instituídas pelo Conselho Nacional de Educação. Para a maioria dos cursos, o processo de (re)elaboração ficou restrito aos Conselhos de Curso, com mínima participação da comunidade universitária (docentes e discentes). Os professores substitutos pouco participaram do processo; por isso, para os cursos com um número significativo de professores substitutos, a participação docente ficou prejudicada. Esta condição foi frequente nas unidades experimentais. A elaboração dos PPPs esteve mais voltada para estrutura – organização curricular (grade curricular) - do que para os aspectos filosóficos, no que se refere à concepção de formação profissional no contexto da universidade pública.

Além disso, os coordenadores indicaram dificuldades no oferecimento de estágios para os cursos noturnos e para compatibilizar disciplinas incluídas na grade curricular, cuja carga horária não é suficiente para atender aos critérios mínimos de atribuição de aulas por docente e para contratação – 8 horas/aula semanais. A prática pedagógica dos professores não é articulada com os PPPs, porque muitos docentes desconhecem o projeto do seu curso. Finalmente, os coordenadores constataram que o processo de (re)elaboração do PPP fica prejudicado, porque inexistente articulação entre coordenação “cessante” e novo coordenador.

Em relação às vivências junto aos conselhos de curso, no que se refere à teoria e à prática que fundamentam a elaboração dos PPPs e às articulações institucionais e didático-pedagógicas, os coordenadores dos cursos relataram a inexistência de compatibilidade entre os PPPs dos cursos de idêntica denominação na UNESP e a necessidade de reavaliar as funções dos coordenadores de curso, valorizando suas atividades pedagógicas e reduzindo a ênfase nas tarefas burocráticas. Nesta questão, os coordenadores também relataram que os alunos desconhecem os PPPs de seus cursos, e os professores conhecem os projetos de forma superficial. No contexto institucional, o conselho de curso não tem poder decisório e político, as atividades de ensino são menos valorizadas em relação às atividades de pesquisa e de atendimento à comunidade e inexistem infraestrutura física e de apoio técnico-administrativo para o trabalho dos Coordenadores e Conselhos de Curso.

Quanto às reflexões sobre “se o perfil humano e profissional pretendido está garantido nos PPPs dos cursos”, concluiu-se que, em parte, sim. Faltou consenso na discussão das habilitações de licenciaturas e bacharelados para alguns cursos, e, para outros, se a formação deve ser voltada para o mercado de trabalho ou se deve ser acadêmica, humana e para a cidadania. Neste item, foi enfatizada a necessidade de avaliação periódica do PPP, bem como a definição dos instrumentos necessários à sua execução.

Os coordenadores indicaram como desafios para a elaboração ou (re)elaboração dos PPPs de seus cursos o seguinte: 1. desarmar as resistências à mudança; 2. criar condições para que docentes e alunos se tornem mais sensíveis aos aspectos positivos produzidos pelas mudanças no PPP; 3. envolver docentes, discentes e servidores técnico-administrativo na elaboração do projeto; 4., estabelecer critérios e definir instrumentos de avaliação discente, avaliação externa, do Conselho de Curso, do coordenador, da evasão, dos pontos positivos e negativos do PPP; 5. criar mecanismos que garantam a articulação dos planos de ensino com o P.P.P. e deste com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); 6. criar instrumentos e procedimentos que possibilitem o acompanhamento dos egressos; 7. manter programas de formação contínua de docentes; 8. possibilitar maior integração entre as disciplinas básicas.

Enquanto elementos necessários para a elaboração e (re)elaboração dos PPPs, os coordenadores indicaram: 1. diminuição da contratação de docentes em regime (de trabalho) de turno completo, substitutos e bolsistas, e contratação de docentes em regime (de trabalho) de dedicação integral e exclusiva; 2. solução para a deficiência da infraestrutura física de salas de aulas específicas (ou ateliês, ou laboratórios de projetos), de laboratórios

didáticos específicos, com a implementação de equipamentos para as atividades pedagógicas práticas; 3. aquisição de livros e periódicos para as bibliotecas; 4. contratação de servidores técnicos de laboratório e secretárias de carreira para cada Conselho de Curso; 5. participação efetiva dos coordenadores como membros natos da Congregação, tal como os chefes de Departamento, de forma que possam participar das decisões da Unidade Universitária; 6. investir em ações para a conscientização do corpo discente da necessidade de participação, de forma representativa, na construção do PPP; 7. Manutenção do diálogo permanente entre a instituição UNESP e os Conselhos Nacionais/Regionais das categorias profissionais, porque, embora estes órgãos não tenham competência legal para interferir na elaboração do PPP, exercem pressão, em algumas situações, sobre órgãos normativos que interferem na organização dos cursos.

A avaliação da Oficina considerou os seguintes indicadores: 1.objetivos; 2. conteúdos; 3. metodologia; 4.recursos didáticos; 5.desempenho da coordenação; 6. desempenho grupal dos participantes; 6.desempenho pessoal; 6. atendimento das expectativas pessoais; e 6. local da realização da Oficina. A maioria dos participantes avaliou todos os itens como bom e ótimo. Os professores disseram que nas Oficinas, tiveram a oportunidade de repensar e avaliar a prática pedagógica, ampliaram seus conhecimentos sobre a elaboração de PPPs, problematizaram questões pertinentes sobre o PPP e conscientizaram-se da necessidade do trabalho coletivo para a implantação e efetivação do PPP de seus cursos. A Oficina oportunizou a reflexão sobre o papel do coordenador de curso e a importância de seu papel na elaboração e operacionalização do projeto do curso. Em síntese, a Oficina contribuiu para a reflexão coletiva dos coordenadores de curso de suas funções no contexto da Universidade e em especial do seu compromisso na elaboração dos PPPs de seus cursos.

Pelo que se pode observar a metodologia aplicada, a da ação-reflexão-ação, possibilita chegar-se a resultados como os acima descritos porque cria espaços para partilhar experiências, dificuldades e conhecimentos. Auxilia na identificação de pontos consensuais e na sistematização dos conteúdos socializados entre os participantes das Oficinas. Além disso, a metodologia organiza as ações a serem implementadas após as atividades específicas aos PPPs, gerando um compromisso de cada um com a concretização dessas ações nos seus respectivos cursos.

Bibliografia

BRASIL . Lei nº 9394/96, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB,sancionada pelo Presidente da República em dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988 e alterações posteriores.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Chaves, A. J. F. (2009) Algumas reflexões para compreender e para elaborar o Projeto Político Pedagógico. Palestra apresentada nas Oficinas de Estudos Pedagógicos: O Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação da UNESP.

COELHO, I. M. Realidade e utopia na construção da universidade: memorial. Goiânia: Ed. da Universidade, 1996.

DAIBEM, A. M. L. e MINGUILI, M. G. Projeto pedagógico, trabalho coletivo, interdisciplinaridade: uma proposta instigadora. In: CIRCUITO PROGRAD: AS DISCIPLINAS DE SEU CURSO ESTÃO INTEGRADAS?, 4, 1996, Anais... São Paulo: UNESP- Pró-Reitoria de Graduação. p. 11-23.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? Revista Brasileira de Educação, n. 28, p.164-173, jan./abr. 2005. FERNANDES, F. O desafio educacional. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989 (Educação Contemporânea). KOSIK, K. Dialética do concreto . 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. O capital: crítica da Economia Política. Livro 1. v. 1. 5.ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA UNESP (NEPP-PROGRAD) (2009). Relatório Final de Avaliação da I Oficina de Estudos Pedagógicos: O Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação da UNESP. São Paulo.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA UNESP (NEPP-PROGRAD) (2009). Relatório Final de Avaliação da II Oficina de Estudos Pedagógicos: O Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação da UNESP. São Paulo.

UNESP. CIRCUITO PROGRAD, 3, 1995, São Paulo. Anais... o projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você? São Paulo: Pró-Reitoria de Graduação, UNESP, 1995.

VASCONCELOS, C. dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 5.ed. São Paulo: Libertad, 2004 (Subsídios Pedagógicos do Libertad).

_____. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002 (Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1).

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A.; M. FONSECA (Org.). *Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola*. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, I.P. A. Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: M.E.L.M. CASTANHO, S. CASTANHO (Org.). *O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas: Papirus, 2000.